

PANORAMA DA SEMANA

DE 13 A 17 DE ABRIL

EXONERAÇÃO IBAMA

O início da semana foi marcado pela exoneração do diretor de Proteção Ambiental do Ibama, **Olivaldi Azevedo**. No domingo (12/04), o programa Fantástico mostrou uma operação dos fiscais do órgão para retirada madeireiros e garimpeiros ilegais na Terra Indígena Apyterewa, que por sua vez, resultou na queimada das máquinas utilizadas. Essas operações têm incomodado o alto escalão do Executivo Federal, que por sua vez, estabelecem inseguranças às equipes em campo e ameaçam a continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

O desmonte da área ambiental combinado com as falas de representantes dos poderes Executivo e do Legislativo e o estado de calamidade ocasionado pelo covid-19 contribuem para a contaminação de povos indígenas e taxas, ainda maiores, de desmatamento.

A **ASCEMA Nacional**, por meio de nota e entrevistas aos principais meios de comunicação do país, *denunciou a insegurança e perseguição que os fiscais e demais servidores vêm enfrentando.

O novo diretor de Proteção Ambiental do Ibama, **Olimpio Ferreira Magalhães** (superintendente do Amazonas), foi nomeado em **15/04**.

MEDIDA PROVISÓRIA 910/2019

Entidades da sociedade civil e parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista têm realizado ações de pressão para que os presidentes e os líderes da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado Federal (SF) não pautem a **MPV 910/2019**, que trata da regularização fundiária.

Em carta aberta ao Congresso Nacional (CN), dep. federais, dep. estaduais, senadores, ex ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, vereadores e entidades da sociedade civil se manifestaram totalmente contrários a discussão e deliberação da MPV devido a inconsistências técnicas, jurídicas, além dos problemas sociais e ambientais que ela estabelece.

A tensão política vem aumentando em torno das Medidas Provisórias, principalmente após o Plenário da Câmara dos Deputados (CD) aprovar a **MPV 905/2019**, que dispõe da carteira verde e amarelo, mesmo **sem acordo** e não tratando sobre o **Covid-19**.

A deliberação do texto é **incerta**, principalmente após o conflito entre Maia e Bolsonaro ocasionado pela fala do presidente. As ações de pressão da sociedade civil continuam nas próximas semana.

LDO 2021 - SERVIDORES PÚBLICOS

A Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional (CN) o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 9/2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. O texto, dentre várias medidas, não prevê reajustes para os servidores públicos no próximo ano e veda o reajuste de auxílio-alimentação ou auxílio moradia e assistência pré-escola_. Além disso, o texto também não prevê a realização de concursos públicos, porém, segundo o Secretário de Orçamento, essa questão pode ser rediscutida na Lei de Orçamento Anual (LOA).

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/141576>

Diretoria Executiva
ASCEMA Nacional
